



Anais da Assembléia

Nº 116

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 22 DE NOVEMBRO DE 1988

ANO XIV

RESOLUÇÃO Nº 063/88

DATA: 27 de Outubro de 1988.

SÚMULA:

Aprova os Convênios celebrados em 07.12.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua vinculada SUCEAM, e os Municípios que especifica, objetivando a execução de obras de controle da Erosão Urbana. (Mensagem do Poder Executivo nº 060/88).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Ficam aprovados os Convênios celebrados em 07 de dezembro de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua vinculada Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e os Municípios de Altônia, Alvorada do Sul, Apucarana, Astorga, Atalaia, Barra do Jacaré, Bela Vista do Paraíso, Bom Sucesso, Cafeana, Cambará, Cambira, Campo Mourão, Colorado, Congonhinhas, Cornélio Procopio, Cruzeiro do Oeste, Diamante do Norte, Doutor Camargo, Floresta, Florestópolis, Francisco Alves, Guaíra, Guaporema, Guarapuava, Icaraíma, Inajá, Iporã, Itaipua do Sul, Jaguaquã, Japurá, Jardim Olinda, Jussara, Kaloré, Leopoldina, Londrina, Mandaguá, Mandaguari, Mariluz, Maringá, Miraselva, Nova Aurora, Nova Londrina, Ourizona, Paigandu, Palmital, Palotina, Paranacity, Paranavaí, Pérola, Pinhalão, Querência do Norte, Rio Bom, Rondon, Santa Amélia, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Fé, Santo Inácio, São Jerônimo da Serra, São João do Ivaí, São Pedro do Paraná, São Tomé, Sertãozinho, Tapira, Terra Boa, Tuiuiú, Uraí e Xanxerê, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX" de Dezembro, em 27.10.88.

(a) ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
Presidente

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA
ATA DA 088ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 1988

Presidência do Senhor Deputado Eduardo Baggio, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e José Afonso Júnior.

As dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Germote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Armada, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielise Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (51).
Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Luiz Alberto Oliveira, Neivo Beraldin e Paulino José Delazeri (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a
SESSÃO

O SENHOR PRESIDENTE (Eduardo Baggio) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 112/88

Curitiba, 20 de Outubro de 1988

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Educandário Mariano Rodrigues de Castro, entidade filantrópica sem fins lucrativos, com sede e foro em Araucária, um imóvel urbano com área de 1.141,30 m², sito no Município de Araucária, havido pelo Estado através da Transcrição Imobiliária nº 5.223, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

O plano de lei ora submetido a essa Augusta Casa Legislativa consulta plena-

mente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade eis que, segundo esclarecimentos da donatária em expediente dirigido ao Senhor Secretário de Estado da Administração, no referido imóvel a entidade pretende expandir suas atividades de assistência a crianças órfãs.

Por outro lado, vale ressaltar que o anexo anteprojeto de lei contém dispositivos expressos no sentido de que do respectivo título de doação constem cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, de destinação específica e de reversão automática de tal imóvel ao patrimônio do Estado, caso o mesmo venha a ser utilizado para fins diversos daquele estabelecido.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Educandário Mariano Rodrigues de Castro, entidade filantrópica sem fins lucrativos, com sede e foro em Araucária, um imóvel urbano com área de 114,30 m², situado na sede do referido Município e havido pelo Estado através da Transcrição Imobiliária nº 5.223, às fls. 200, do Livro 3 nº 7, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Araucária.

Art. 2º - O imóvel objeto da doação de que trata esta Lei será destinado exclusivamente a atividades de assistência a crianças órfãs, ficando gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, que deverão constar do respectivo título.

Parágrafo Único - O imóvel de que trata esta lei reverterá automaticamente ao patrimônio do Estado caso lhe seja dada destinação diversa da estabelecida.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM 113/88

Curitiba, 24.10.88.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que altera os limites para a abertura de créditos suplementares fixados na Lei nº 8.666, de 14 de dezembro de 1987 (artigos 5º e 8º), ampliados pela Lei nº 8.812, de 12 de julho de 1988.

A razão básica da presente solicitação de ampliação do limite para o Executivo alterar o Orçamento refere-se à intensificação recente do processo inflacionário.

Curitiba, terça, em 22.11.88

As previsões de dispêndios efetuadas em mensagem anterior, que evidenciaram a necessidade da autorização por fim concedida pela Lei nº 8.812/88, pressupunham uma taxa inflacionária de 18% ao mês, índice que foi sistematicamente superado, mês a mês, desde então, prevendo-se igual comportamento para o último trimestre do ano. Assim sendo, refazendo-se aquelas previsões, constata-se a necessidade de uma autorização adicional de Cz\$ 48.641 milhões de cruzados, relativamente às espécies de despesas de "pessoal e encargos sociais" e "serviços da dívida", cobertas com recursos do Tesouro.

Com referência às "outras despesas correntes" e "outras despesas de capital" não se solicita autorização adicional, o que demonstra o êxito dos esforços empreendidos pelo Executivo para conter o custo da máquina administrativa e a adequação do seu programa de investimentos a efetiva capacidade financeira do Tesouro, a qual, por outro lado, condicionará a utilização efetiva da autorização adicional ora solicitada.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa às considerações aqui expostas, reitero a Vossas Excelências as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei nº 8.666, de 14 de dezembro de 1987, à conta de receitas de Recolhimento Centralizado, até o valor de Cz\$ 48.641.000.000,00 (quarenta e oito bilhões, seiscentos e quarenta e um milhões de cruzados), em acréscimo à autorização já contida naquela lei bem como na Lei 8.812, de 12 de julho de 1988, a fim de atender despesas de "pessoal e encargos sociais" e "serviços da dívida" dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, inclusive transferências de recursos para as entidades vinculadas da administração indireta.

Art. 2º - Servirão como fonte de recursos para a cobertura dos créditos referidos no artigo 1º quaisquer das formas especificadas no § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM 114/88

Curitiba, 03.11.88.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa

Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei objetivando alterar a redação do artigo 3º e seus parágrafos 1º e 2º da Lei nº 8.212, de 30 de dezembro de 1985, que autoriza o Poder Executivo a emitir e colocar no mercado financeiro Títulos da Dívida Pública do Tesouro do Estado do Paraná.

O plano de lei que ora encaminho a essa Augusta Casa de Leis é de elevado significado, eis que virá propiciar substancial fonte de recursos para serem aplicados na execução de planos de desenvolvimento econômico e social, tanto no setor público, por inclusão de recursos nos orçamentos do Estado, como no setor privado, por intermédio do Fundo de Desenvolvimento Econômico, criado pela Lei nº 5.515, de 15 de fevereiro de 1967.

Apresentando mais detalhados esclarecimentos quanto à necessidade, conveniência e oportunidade de que se reveste a medida, é anexada cópia autêntica do Ofício nº 876 88, de 31 de outubro de 1988, a mim dirigido pelo Senhor Secretário de Estado da Fazenda.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O artigo 3º e seus parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 8.212, de 30 de dezembro de 1985, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º - O produto da colocação dos Títulos da Dívida Pública será alocado, isolada ou cumulativamente.

I - Para financiar despesas orçamentárias, necessárias ao desenvolvimento econômico e social do Estado, constantes dos orçamentos anuais e plurianuais aprovados pelo Poder Legislativo; e

II - Ao Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, instituído pela Lei Estadual nº 5.515 de 15 de fevereiro de 1967, para utilização, por empréstimo, ao setor produtivo privado do Estado.

§ 1º - Os recursos constantes no item II deste artigo, serão emprestados exclusivamente às empresas localizadas no Paraná, através das instituições do Sistema Financeiro Oficial do Estado.

§ 2º - Os programas de financiamento de que trata o item II deste artigo, serão apreciados por Comissão presidida pelo Secretário de Estado da Fazenda e integrada por representantes do Governo do Estado e de entidades de classe indicados pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e

Social do Estado - CEDES.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM 115/88

Curitiba, 04.11.88.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais o incluso anteprojeto de lei que objetiva instituir o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, de caráter rotativo, para o financiamento de planos, programas, projetos e atividades voltados ao Desenvolvimento Urbano e autorizar o Poder Executivo a contratar Operações de Crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, até o valor de US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), visando implementar o Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano - PEDU.

São por demais conhecidas a extensão e profundidade dos processos de transformações econômicas e sociais experimentadas pelo Paraná, principalmente no que diz respeito aos efeitos sobre o crescimento de suas cidades. Estes efeitos vêm se constituir num dos maiores desafios impostos à sociedade paranaense a ser enfrentado através do setor público.

Reconhece-se também que, de um lado, a velocidade e magnitude de tais mudanças e, de outro, a queda relativa na capacidade de gerar recursos, têm-se conjugado para colocar as administrações municipais em dificuldades cada vez maiores, face aos problemas decorrentes da urbanização.

O Governo do Estado tem, tradicionalmente, cumprido expressivo papel, seja diretamente, através de instituições voltadas especificamente para o trato das questões urbanas, ou indiretamente, transferindo recursos financeiros (ou por outras formas de apoio) aos Municípios Paranaenses; os últimos anos têm sido marcantes do ponto de vista da multiplicação dos liames de cooperação Estado-Municípios para fazer frente às imposições do crescimento urbano.

O Paraná de hoje é um Paraná urbano. Mais de 60% de sua população mora em áreas urbanas, existindo ainda uma tendência à concentração da mesma na Região Metropolitana de Curitiba, a qual abriga 30% da população urbana do Estado.

Esse novo perfil do Paraná resulta das profundas mudanças havidas no meio rural, onde a agricultura hoje está inserida no meio capitalista de produção. Como tal, o meio rural depende das áreas urbanas para a comercialização da produção agrícola e para a obtenção de insumos e crédito, além de uma gama de serviços pessoais e de

apoio à produção. Dentro desse contexto, o papel que as cidades desempenham no conjunto da economia é de fundamental importância. É nelas que se localizam o comércio e as indústrias produtoras de bens de capital e de consumo. Portanto, na medida em que se pretende uma economia forte para o Paraná, é preciso que o mesmo tenha um meio urbano igualmente forte para poder servir de alicerce ao desenvolvimento econômico. Se o Estado possui poucos instrumentos para gerir uma Política Estadual de Desenvolvimento Econômico, no sentido mais restrito da palavra, o mesmo não acontece no campo do Desenvolvimento Urbano. Aqui, o Estado possui praticamente competência exclusiva sobre os instrumentos para gerir o seu destino. O Estado, através de investimentos nas áreas de infra-estrutura e equipamentos urbanos e serviços públicos, pode gerir o seu próprio processo de Desenvolvimento Urbano, e com isso interferir positivamente no desempenho do conjunto da economia estadual, além dos benefícios sociais que esses mesmos investimentos representam.

Cidades com um bom nível de oferta de infra-estrutura e equipamentos urbanos e de serviços públicos (incluindo aqui os serviços de saúde, de educação, de transporte coletivo, e outros), tendem a atrair investimentos privados para o desenvolvimento dos vários setores da economia, por representarem locais privilegiados para a reprodução do capital.

Portanto, é necessário que, aliado a outros instrumentos, o Estado assegure recursos financeiros para gerir o seu processo de Desenvolvimento Urbano. Nesse sentido é que se propõe a criação de um Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, bem como a implantação do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano - PEDU, cuja execução demanda de autorização dessa Casa para contratação de empréstimos junto ao Banco Mundial, com os quais pretende-se assegurar a continuidade às ações do Estado junto aos Municípios Paranaenses, sendo que os mesmos encontravam-se, no âmbito da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, em fase de negociação junto àquela instituição financeira.

O fundo poderá ser constituído com recursos captados para a implantação de planos, programas e projetos voltados ao Desenvolvimento Urbano, junto a organismos de crédito internos e externos. O Programa de Ação Municipal - PRAM representa um excelente exemplo que vem permitindo a materialização desta proposta. O reembolso dos US\$ 50,2 milhões obtidos junto ao BIRD e sub-emprestados aos municípios para a implantação do PRAM, poderá constituir parte deste Fundo, cujos recursos serão reem-

prestados aos municípios obedecendo a critérios que o próprio Estado venha a estabelecer para a sua operacionalização.

Desta forma, a criação do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano e a implantação do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano virão atender às necessidades de investimentos na área do Desenvolvimento Urbano, bem como à nova realidade política no relacionamento do Estado com os seus Municípios. Vale, ainda, ressaltar o impacto positivo que o PRAM proporcionou em termos de um aperfeiçoamento das administrações municipais, principalmente em relação à administração financeira, na medida em que permitiu-lhes executar de uma forma planejada os investimentos, ao mesmo tempo em que passou a existir uma preocupação com a adequação dos níveis de receita própria para fazer frente aos encargos financeiros advindos dos contratos de sub-empréstimos, bem como às despesas de custeio e pessoal da administração municipal já que, dentro de uma nova postura do Estado, não haverá mais transferência de recursos para atender a essas despesas.

A constituição do Fundo e a implantação de um Programa de Investimentos, possibilitará a implementação da Política Estadual de Desenvolvimento Urbano. Hoje, a ausência de fontes de financiamento, no âmbito do Estado, para projetos de Desenvolvimento Urbano, faz com que o Estado e os Municípios tenham sempre que recorrer a organismos federais e internacionais para financiar os seus projetos. Com a instituição do Fundo e o Programa de Investimentos, o Estado terá flexibilidade para atender aos objetivos da Política Estadual de Desenvolvimento Urbano.

Nosso governo, Senhor Presidente, tem dado demonstração definitiva da disposição política para o aperfeiçoamento da ação do Governo do Estado com vista ao desenvolvimento de nossas cidades: a criação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, por exemplo, onde se enfeixaram alguns dos mais importantes instrumentos de ação no meio urbano que vieram a se constituir em decisivos passos neste sentido.

Com o intuito de contribuir para a contínua melhoria dos mecanismos de cooperação entre Governo do Estado e os Municípios Paranaenses, vimos expor ao judicioso exame de Vossa Excelência as seguintes considerações:

1 - a ausência de fontes de financiamento do Desenvolvimento Urbano no âmbito do Estado, faz com que os Municípios recorram, cada vez com maior frequência às instituições federais em busca de recursos, nem sempre com sucesso. O acesso às instituições financeiras internacionais é praticamente vedado aos Municípios;

2 - um segundo e importante aspecto, concerne aos procedimentos técnicos (principalmente os de engenharia), econômicos e financeiros (para a seleção criteriosa das prioridades) e àqueles contábeis (necessários à rigorosa apropriação dos cursos e à fiscalização dos recursos aplicados);

3 - a fórmula adotada para as operações na modalidade de subempréstimo, tal como se pratica hoje no PRAM, se caracteriza por um nível relativamente baixo de co-responsabilidade da parte dos municípios, muito embora o índice de inadimplência seja inexistente, o Estado permanece como único responsável pelas obrigações junto ao BIRD;

4 - dentre as diretrizes que têm orientado o aperfeiçoamento das relações Estado-Municípios, além de se exigir graus crescentes de responsabilização por parte dos Municípios, da parte do Estado os esforços são de molde a tratar de forma equitativa e imparcial, com absoluta transparência, longe do trato paternalista e fisiológico, característicos do passado.

Isto posto, Senhor Presidente, o passo adicional que ora submetemos a essa Casa Legislativa, visa acrescentar um novo mecanismo aos dispositivos governamentais já existentes para o enfrentamento dos desafios impostos pela urbanização em nosso Estado, que concebido basicamente na forma de um "Fundo Financeiro", teria como objetivos principais:

1 - intermediar operações financeiras de modo a possibilitar uma melhor adequação dos requisitos das fontes externas às características sócio-econômicas e disponibilidades financeiras das nossas municipalidades;

2 - garantia de um contínuo aperfeiçoamento dos procedimentos técnicos, financeiros e contábeis, necessários à aplicação dos recursos do setor público;

3 - aumentar o envolvimento dos Municípios de maneira a torná-los co-responsáveis e co-interessados no desempenho financeiro dos mecanismos conhecidos para apoiá-los;

4 - ainda maior transparência da parte do Estado, de modo a assegurar equidade e imparcialidade no relacionamento com os governos municipais e, além disso, mais agilidade nas decisões e liberações de recursos.

Faz-se oportuno ressaltar que estes instrumentos deverão ser operacionalizados através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, como coordenadora do Fundo e implementadora do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano, cabendo a execução à Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FANEPAR, a exemplo do Programa de Ação Municipal - PRAM, o qual vem sendo

implantado com consistência ao longo destes cinco anos.

O Estado, através de transparências, sempre auxiliou financeiramente os Municípios na implantação de intervenções voltadas ao Desenvolvimento Urbano. Essas transparências nem sempre eram feitas mediante a utilização de critérios mensuráveis. Um levantamento efetuado a partir dos balanços e orçamentos anuais do Estado mostra que nos 5 anos que antecederam o início do PRAM, essas transparências situaram-se na média de 2,81% das despesas totais.

Como houve um aumento das despesas totais do Estado nos últimos anos, o percentual das transparências efetuadas pelo PRAM representam 1,83% das despesas totais, o qual é inferior nos 5 anos que antecederam o início do Programa. Em termos absolutos, comparativamente, isto representou um acréscimo de US\$ 15,1 milhões, para US\$ 18,8 milhões, em aplicações pelo PRAM, ou seja, 24,5 a mais, demonstrando uma eficiência na gestão de recursos públicos.

Comparando-se os montantes das transparências efetuadas antes e depois do advento do PRAM, verifica-se que este representou um esforço político significativo na medida em que, através do disciplinamento das transparências e da adoção de critérios transparentes para efetuá-las, o Estado abdicou da posição paternalista que tinha até então. Esse esforço resultou em avanços políticos, sociais e administrativos, dos quais provavelmente a sociedade paranaense não pretende abrir mão.

Com a instituição do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano - PEDU, cujo montante de investimentos para quatro anos está previsto em US\$ 200,0 milhões, onde 50% corresponderão a tomada de empréstimos junto ao Banco Mundial (BIRD), o Estado poderá manter os mesmos níveis de atendimento aos municípios a exemplo do PRAM, embora mais abrangente, envolvendo todos os municípios paranaenses.

Quanto aos encargos financeiros que vierem a ser fixados, serão melhor absorvidos por apresentarem um perfil de endividamento de longo prazo, cujos padrões atuais giram em torno de 15 anos, sendo 5 anos de carência e 10 anos para amortização do principal.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência os protestos de admiração e respeito.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica instituído o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, de caráter rotativo, com o objetivo de financiar planos, programas, projetos e ativi-

dades voltados ao Desenvolvimento Urbano, através das municipalidades paranaenses e de agentes da administração direta e indireta do Poder Executivo.

Art. 2º - O FDU será constituído:

I - Pelo retorno dos subempréstimos do Programa de Ação Municipal - PRAM, contratados pelo Banco do Estado do Paraná S/A, junto às municipalidades paranaenses;

II - pelos rendimentos provenientes da aplicação dos recursos do FDU no mercado financeiro;

III - pelo produto resultante de juros e amortizações da aplicação dos recursos do FDU;

IV - pelo produto resultante de operações de crédito interno e externo, integralizado para financiar intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao Desenvolvimento Urbano;

V - pelo aporte de recursos municipais;

VI - pelo aporte de recursos ordinários do Tesouro do Estado;

VII - pelo aporte de recursos do Governo Federal;

VIII - pelo retorno de empréstimos contratados pelo Governo do Estado e repassados aos municípios paranaenses, em intervenções voltadas ao Desenvolvimento Urbano;

IX - pelos recursos provenientes de ajuda e cooperação internacional e acordos bilaterais entre governos;

X - pelo produto decorrente de acordos, convênios e contratos;

XI - de outras receitas eventuais.

Art. 3º - O Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU será administrado e coordenado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente - SEDU, através de um Conselho de Administração.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Especial até o limite de Cr\$ 2.700.000.000,00, destinado a viabilizar as transferências de recursos do Tesouro para o FDU, através de uma atividade orçamentária, servindo como recurso para a respectiva cobertura, quaisquer das formas específicas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 5º - O Poder Executivo aprovará, por Decreto, a regulamentação do FDU, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da vigência desta Lei.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operações de crédito externo até o valor de US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, podendo as aludidas operações ser

contratadas parceladamente.

§ 1º - O prazo para amortização, carência, juros e taxas adicionais referentes aos financiamentos a serem contratados, obedecerão as normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias federais encarregadas pela política econômico-financeira da União, observadas as condições propostas pelo Agente Financeiro.

§ 2º - Os recursos advindos das operações de crédito autorizadas por este artigo, serão aplicados na implantação do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano - PEDU.

§ 3º - Anualmente, a partir do exercício subsequente ao da contratação das operações de crédito, o Orçamento Geral do Estado consignará dotações próprias para a amortização do principal e dos acessórios das dívidas contratadas.

§ 4º - Fica, ainda, o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais respectivos, até o valor das operações contratadas com base neste artigo, para atendimento das despesas com as suas aplicações.

§ 5º - Os recursos para a abertura dos créditos adicionais de que trata o § 4º serão os provenientes das operações de crédito a serem realizadas, de acordo com as disposições deste artigo.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM 116/88

Curitiba, 09 de novembro de 1988.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados em 20 de setembro de 1988, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e de sua vinculada Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento - SUCEAM, e os Municípios de ALTO PARANÁ, CIDADE GAÚCHA, COLORADO, CRUZEIRO DO OESTE, DIAMANTE DO NORTE, INAJÁ, INDIANÓPOLIS, ITAGUAJÉ, JAGUAPITA, JANIÓPOLIS, JUSSARA, LOANDA, MARIA HELENA, NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, NOVA LONDRINA, NOVA OLÍMPIA, OURIZONA, PAIÇANDÚ, PARANACITY, PARANAVAÍ, PLANALTIMA DO PARANÁ, QUERÊNCIA DO NORTE, SANTA INÊS, SANTA FÉ, SANTO INÁCIO, SÃO PEDRO DO PARANÁ, TERRA BOA, TERRA RICA e UMUARAMA, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos referidos Municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada

merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

MENSAGEM N° 117/88

Curitiba, 10 de novembro de 1988.
Senhor Presidente.

Nos termos do preceito contido no art. 22, inciso I, da Constituição Estadual e conforme entendimento anteriormente adotado por essa Augusta Casa de Leis (Ofício n. 3.776/87/ALE, de 02.07.87), tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência, a fim de solicitar autorização para meus eventuais afastamentos do País, que, no interesse da Administração, venham a ser necessários.

Tal autorização, poderia, de forma genérica, permitir os afastamentos que se verificarem até 30 de junho do próximo ano, fazendo-se, de cada um, expressa comunicação a essa Assembléia Legislativa.

Esperando que a presente solicitação possa merecer apoio e conseqüente aprovação dessa Colenda Casa, valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

MENSAGEM N° 118/88

Curitiba, 11 de novembro de 1988.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar a tabela de escalonamento vertical de que trata o art. 118, da Lei n. 6.417/73, modificada pelas Leis ns. 6.839, de 22 de dezembro de 1976, n. 7.540, de 08 de dezembro de 1981, n. 7.637, de 10 de setembro de 1982, n. 8.218, de 06 de janeiro de 1986, n. 8.298, de 08 de maio de 1986 e n. 8.671, de 21 de dezembro de 1987, no que se refere ao soldo dos Alunos de 1°, 2° e 3° anos da escola de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado, dos Cabos e dos Soldados de 1ª e 2ª classes da referida Corporação.

O plano de lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa consubstancia resultado de estudos conjuntos das Secretarias de Segurança Pública, da Administração e da Fazenda e é considerado plenamente justo e necessário, eis que virá atender antiga reivindicação desses integrantes da Polícia Militar do Estado, no sentido de eliminar distorções existentes na tabela que se pretende em parte retificar.

Certo de que a proposição merecerá

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - A tabela de escalonamento vertical estabelecida pelo artigo 118, da Lei n. 6.417/73, modificada pelas Leis n. 6.839, de 22 de dezembro de 1976, n. 7.540, de 08 de dezembro de 1981, n. 7.637, de 10 de setembro de 1982, n. 8.218, de 06 de janeiro de 1986, n. 8.298, de 08 de maio de 1986 e n. 8.671, de 21 de dezembro de 1987, fica parcialmente alterada, passando a vigorar, para os casos adiante apontados, com os índices a seguir fixados:

Aluno de 3° Ano - EFO.....	362
Aluno de 1° e 2° Ano - EFO	333
Cabo	382
Soldado de 1ª Classe	362
Soldado de 2ª Classe	333

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM N° 119/88

Curitiba, 14 de novembro de 1988.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Amigos de Surdos - APAS, os lotes de terreno sob ns. 22, 23 e 24, da Planta Irpácia - bairro Hugo Lange - Curitiba, de propriedade do Estado do Paraná, conforme parte da Transcrição n. 32.722, do Livro 3/M, do Cartório de Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

O plano de lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que os lotes de terreno que se pretende doar, serão utilizados pela Associação de Pais e Amigos de Surdos na construção de sua sede e expansão de suas atividades, mormente para finalidades no campo social de auxílio e orientação, educação e reeducação, assistência médica, psicológica, material e espiritual aos deficientes da audiocomunicação e a seus familiares.

Vale ressaltar que o anteprojeto de lei em causa contém dispositivo expresso no sentido de que os lotes de terreno em referência somente poderão ser utilizados pela donatária e na prática de suas finalidades estatutárias, não podendo em qualquer tempo ser transferidos a terceiros, ou utilizados para outros fins, sob pena de reversão dos mesmos ao patrimônio do

Estado, independente de qualquer interpe-
lação ou notificação, sendo, consequente-
mente, gravados com as cláusulas de ina-
lienabilidade e impenhorabilidade.

Certo de que a medida proposta merece-
rá dessa Colenda Casa o necessário apoio e
consequente aprovação, reitero a Vossa Ex-
celência os meus protestos de elevado
apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo auto-
rizado a doar à Associação de Pais e Ami-
gos de Surdos - APAS, os lotes de terreno
sob n. 22, 23 e 24, da Planta Irpácia -
bairro do Hugo Lange - Curitiba, de pro-
priedade do Estado do Paraná, parte da
transcrição n. 32.722, do livro 3/M, do
Cartório de Registro de Imóveis da 3.
Circunscrição da Comarca da Capital, com
as seguintes características:

Lote 22 - Forma retangular, área
571,50 m2, frente 11,43m à Rua Simão Boli-
var; lado direito de quem da rua olha o
imóvel, 50,00m com o lote n. 21; lado es-
querdo, 50,00m com o lote n. 23; fundos
11,43m com o lote 25/26;

Lote 23 - Forma retangular, área
571,50m2, frente 11,43m à Rua Simão Boli-
var; lado direito de quem olha da rua o
imóvel, 50,00m com o lote n. 22; lado es-
querdo, 50,00m com o lote 24; fundos
11,43m com o lote 25/26; e

Lote 24 - Forma retangular, área
571,50m2, frente 11,43 à Rua Simão Boli-
var; lado direito de quem da rua olha o
imóvel, 50,00m com o lote 23; lado esquer-
do 50,00m com a Rua Fernandes de Barros;
fundos 11,43m com o lote 25/26.

Art. 2º - Os lotes de terreno objeto
da doação de que trata o artigo anterior,
só poderão ser utilizados pela donatária e
na prática de suas finalidades estatutá-
rias, não podendo em qualquer tempo ser
transferidos a terceiros, ou utilizados
para outros fins, sob pena de reversão dos
mesmos ao patrimônio do Estado, indepen-
dentemente de qualquer interpelação ou no-
tificação, sendo, consequentemente, grava-
dos com as cláusulas de inalienabilidade
e impenhorabilidade.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na
data de sua publicação revogadas as dispo-
sições em contrário.

Emendas:

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 108/88

Artigo Único - Suprima-se do "caput"

do art. 11 a expressão "de Capital".

Sala das Sessões, em 22.11.88.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

Apoiamento:

Orlando Pessuti, Raul Lopes, Edmar
Luiz Costa, Cândido Bastos, Algaci Túlio,
Artagão Mattos Leão, Antônio Annibelli,
Tadeu Lúcio Machado, Luiz Antonio Setti,
José Rogério Carvalho, Luiz Alberto Oli-
veira, Gernote Kirinus, Nereu Carlos Mas-
signan, Eduardo Baggio, Werner Wanderer,
Ezequias Losso e Anibal Khury.

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 109/88

Artigo Único - A alínea "c", do inciso
II, do artigo 9º, passa a vigorar com a
seguinte redação:

"Art. 9º -

I -

II -

a) -

b) -

c) - exercer outro cargo federal, es-
tadual ou municipal, salvo em caráter ele-
tivo, de nomeação ou de substituição".

Sala das Sessões, em 22.11.88.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

Apoiamento:

Raul Lopes, Orlando Pessuti, Edmar
Luiz Costa, Cândido Bastos, Algaci Túlio,
Artagão Mattos Leão, Antônio Annibelli,
José Rogério Carvalho, Gernote Kirinus,
Nereu Carlos Massignan, Tadeu Lúcio Macha-
do, Luiz Antonio Setti, Eduardo Baggio,
Ezequias Losso e Anibal Khury.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 581

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,
no uso de suas atribuições regimentais,
REQUER, após ouvido o Plenário, seja con-
signado na Ata dos trabalhos da sessão de
hoje, voto de profundo pesar pelo faleci-
mento do Senhor DAVID KUNZ e de sua esposa
HELENA KUNZ, ocorrido em União da Vitória.
Requer, outrossim, que da decisão da Casa
seja dada ciência à família enlutada.
Sala das Sessões, em 22.11.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Em lamentável acidente de trânsito fa-
leceu, na cidade de União da Vitória, o
casal Senhor David Kunz e Senhora Helena
Kunz.

O passeamento do casal Kunz deixou um
grande vazio no seio da família, bem como
de o seu grande círculo de amigos daquela
região.

O tempo e a distância jamais poderão
apagar de nossos corações a lembrança da-
queles que souberam conquistar a nossa

amizade.

O destino privou seus familiares do convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seus servos.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sente-se no dever de associar-se à dor que abalou os familiares do casal Kunz endereçando a eles voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 582

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja enviado voto de congratulações ao Excelentíssimo Senhor Doutor Olivar Coneglian, Digníssimo Juiz da 89ª Zona Eleitoral de Umuarama, pela brilhante atuação frente as eleições municipais, em 15 de novembro, naquele Município.

Do aprovado, Requer, ainda, que se dê ciência aos ilustres edis da Câmara Municipal de Umuarama, nas pessoas dos senhores:

Doutor Massashi Mariushi; Odair de Vicente; Inácio Pereira Pinto; José Ilton de Oliveira; Sebastião Calisto Barbosa, Stanislaw Howard e Santos Urbano.

Sala das Sessões, em 22.11.88.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

JUSTIFICATIVA:

O trabalho estafante de uma campanha eleitoral, as aspirações de um povo, a vontade popular e o êxito da democracia, desagua indubitavelmente no sufrágio e culmina na apuração dos votos. Mas antes disso, atuação firme e decidida da Justiça Eleitoral é que garante a normalidade e a legitimidade do pleito. Soma-se a isso tudo a respeitabilidade e o determinismo do Excelentíssimo Senhor Juiz Eleitoral, cuja participação é condição "sine qua non" para que efetivamente se sufrague aquele verdadeiramente escolhido pelo povo.

Umuarama pode e deve se orgulhar de ter no último pleito, à frente dos trabalhos da Justiça Eleitoral, um homem íntegro, honesto e principal defensor da lei.

Doutor Olivar Coneglian, representou condignamente a Justiça Eleitoral, em todas as fases, com humildade e determinação, orientando e ajudando todos os partidos políticos, indistintamente. Teve uma atuação exemplar desde os primeiros dias, quando agiu com rigor, mas com justiça, foi implacável no cumprimento da lei.

Trata-se de um servidor público que honra e dignifica o cargo que ocupa.

REQUERIMENTO N° 583

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, com base no art. 134, § 1º, Inciso IV, do Regimento Interno, REQUER que, após ouvido o Egrégio Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações aos Excelentíssimos Senhores Juizes Leonardo Abagge e Indalecio Gomes Neto, os quais foram eleitos para presidente e vice-presidente, respectivamente, do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, para o biênio 88/90, cuja posse será efetivada no dia 8 de dezembro próximo, em solenidade nas dependências do TRT.

Sala das Sessões, em 22.11.88.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

JUSTIFICATIVA:

O Juiz Leonardo Abagge, nascido em Curitiba no dia 1º de setembro de 1919, é formado em Direito no ano de 1944 pela Universidade Federal do Paraná, tendo militado na advocacia até 1967, época em que entrou para a Justiça do Trabalho, como Juiz de Juntas e Conciliação e Julgamento. Em 1981, foi eleito vice-presidente do TRT cujo cargo se mantém no exercício.

O novo vice-presidente, Juiz Indalecio Gomes Neto, é natural do Rio Grande do Sul, nascido em 23 de fevereiro de 1941, e é formado em Direito pela Universidade de Caxias do Sul. Atua na Justiça do Trabalho desde 1971, e ingressou no TRT em 1981.

Atualmente é presidente da primeira turma de juizes e da Comissão de Revista do Tribunal.

Ao ser eleito o Juiz Leonardo Abagge manifestou expectativa em ampliar o TRT, criando, no mínimo mais duas turmas de juizes, bem como, lutar para que seja encaminhado ao Congresso Nacional, projeto que se encontra na Presidência da República, criando mais doze Juntas de Conciliação e Julgamento no Estado do Paraná, sendo três para Curitiba e as demais para o interior paranaense. Esse objetivo visa o aceleramento dos processos trabalhistas, os quais tem aumentado em 50% devido a atual crise econômica porque passamos.

É com imensa satisfação que registro aqui as minhas sinceras homenagens a estes dois grandes homens, que muito têm contribuído e ainda contribuirão para com o povo paranaense.

Requeiro que cópia deste expediente, seja encaminhado aos interessados.

REQUERIMENTO N° 584

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, na forma regimental e após ouvido o soberano Plenário, REQUER a expedição de Ofício ao Senhor Francisco Luiz Sibut Gomide, MD. Diretor Presidente da COPEL - Cia Paranaense de Energia Elétrica, solicitando as seguintes informações:

1. Quais foram as causas da queda de

linha de alta tensão, ocorrida no dia 12 de novembro corrente, em área localizada no Município de Grandes Rios?

2. Realizou a COPEL um levantamento completo dos prejuízos diretos e indiretos, causados pela queda, em propriedades rurais situadas naquele Município? Quais são esses prejuízos?

3. Quais as medidas já efetivamente tomadas pela COPEL, para indenizar os proprietários que tiveram suas terras prejudicadas, inclusive com perdas totais e parciais de lavouras, pastagens e matas virgens?

Sala das Sessões, em 22.11.88.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

JUSTIFICATIVA:

Agricultores e pecuaristas do Município de Manoel Ribas sofreram severos prejuízos materiais com a ocorrência de uma queda de linha de transmissão de energia elétrica. Porém, ao que se sabe, até agora a COPEL não tomou nenhuma providência real para reparar os danos, gerando profunda revolta entre os proprietários rurais, como dá conta o seguinte manifesto divulgado no Suplemento Agrícola da "Folha de Londrina", edição do dia 19 deste mês:

QUEM RESPONDE POR ESSA DESGRAÇA?

Nós, agricultores de Manoel Ribas que tivemos nossas terras atingidas no último sábado por um incêndio de grandes proporções, causado pela COPEL, alertamos as autoridades e ao público em geral, quanto aos prejuízos incalculáveis que ocorreram para a produção agrícola devido a desatenção daquele órgão na instalação de seus serviços na região.

Mais de 500 alqueires foram queimados, sendo a maior parte de agricultura e compreendendo 3 propriedades. A Fazenda Caçula, por exemplo, viu arder seus 320 alqueires: 240 de plantio, 70 de pasto e 10 de matas. Em torno de 100 alqueires do total estavam plantados com soja, em estágio de desenvolvimento. Outros 140 encontravam-se dessecados e o fogo destruiu tudo: pastos, cercas, até curvas de nível.

No dia 12 deste mês, como já foi relatado, a queda de uma linha de alta tensão da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, na zona rural de Manoel Ribas, provocou sérios prejuízos não só aos produtores e ao meio ecológico, mas também às cooperativas que atuam na região. E desperta agora a necessidade de mobilizarmos a opinião pública para o descaso das autoridades, quando episódios desta natureza acontecem.

Hoje, nós, que fomos diretamente prejudicados, estamos totalmente desassistidos e sem resposta efetiva para os danos entendidos em muitos milhões de cruzados,

sem falar daqueles a atingir a comercialização da safra que será atrasada em virtude da queimada. Marcas irreversíveis foram deixadas no solo, com a destruição de matas virgens, exposição da terra ao fenômeno erosão e alteração da composição química dessa terra que há muitos anos vinha sendo trabalhada dentro das mais modernas técnicas de plantio.

Na verdade, queremos deixar claro que não chegamos ontem em Manoel Ribas. Há quase 10 anos investimos na região, introduzindo naquele Município, estimulados pelo Governo Estadual, calcário e fertilizantes, plantio direto, "baculovírus anticarsia", "vespinhas" para o controle do pulgão do trigo, plantadeiras modernas e técnicos especializados trazidos da Cooperativa Batavo (de Ponta Grossa). Quebramos um ciclo de algumas dezenas de anos em que o plantio era feito de forma desordenada, com baixa produtividade. O que o incêndio não conseguiu destruir, terminou afetado sem precedentes na história do Paraná.

Hoje a imprensa vem com a boca cheia falar em super-safra, mas nós que vivemos o dia-a-dia da produção sabemos que as "super-safras", só acontecem com muito investimento, trabalho e dedicação. Investimos parte de nossas vidas aqui, na terra, e não podemos ser abandonados exatamente no momento em que ocorre uma tragédia como essa.

Para que os leitores tenham idéia, segundo dados da Cooperativa Mourãoense, instalada há 3 anos em Manoel Ribas, de uma safra que era de 40 mil sacas temos uma produtividade que passa das 500 mil sacas na região. Nós, mais agricultores como Celso Martins, Arlindo Martins, Estanislau Kauling, Alfredo Graff e muitos outros, juntamente com a COAMO, COPIVA e MARIPLAN, eliminamos por aqui o tão nocivo hábito das queimadas que prejudicam o nível de produção e a qualidade do solo.

Agora, um incêndio dessas proporções não pode nem ser resolvido pelo Instituto de Terras, Cartografia e Florestas, pois conforme palavra das autoridades, o ITCF não pode autuar a COPEL, por tratar-se de órgão estatal. Temos consciência de que não é justo nem lícito pagarmos com nosso suor e sacrifício o desleixo com que a COPEL mantém suas linhas rurais, com emendas e mais emendas, com um vão livre de aproximadamente mil metros, onde passam 3 redes de alta tensão sobre uma estrada sem qualquer proteção. Coloca em risco a vida da população rural, os usuários das estradas rurais, a produção agrícola, o equilíbrio ecológico, enfim, a produtividade do Estado do Paraná.

Não podemos admitir que - irresponsavelmente - um órgão público ateie fogo na

produção de toda uma região e depois venha apresentar suas "sinceras desculpas", nada mais. Já estamos cansados de não sermos ouvidos, por isso procuramos a imprensa para fazer o alerta, que é mais um apelo. Vamos lutar no sentido de evitar "acidentes" como esse ou outros, antes que possa haver mortes. Mais do que isso, queremos a reposição imediata de nossos prejuízos, mesmo sabendo que será impossível cobrir o enorme estrago ecológico causado por um desleixo absurdo.

Temos provas de que sabemos produzir: em 1982, a agência local do Banco do Brasil ocupava prédio alugado, respondia pela classe I, estava em dependência de Ivaiporã, possuía 8 funcionários e era a última das 190 agências. Em 1986, já era agência autônoma e pertencia à classe H. Este ano, adquiriu terreno, prédio próprio e sede para a Associação dos Funcionários (formada por 32 pessoas). Está perto do 30º lugar entre as agências, com grandes possibilidades de alcançar a classe F. A COAMO é outro exemplo de prosperidade, dispensável a citar.

Agricultores de Manoel Ribas.

PROJETO DE LEI Nº 310/88
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor BENEDITO RODRIGUES DOS SANTOS.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.11.88.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

JUSTIFICATIVA:

Tal iniciativa prende-se aos incontáveis benefícios obtidos pelo Estado do Paraná, pela existência simples do Senhor Benedito Rodrigues dos Santos.

A localização e a exploração de terras próprias para a implantação da cidade de Londrina, foi possível somente graças a contratação do Senhor Benedito, como guia e hábil mateiro, profundo conhecedor do seu ofício.

Hoje, Londrina é a prova viva do sonho de muitos e dentre eles, um que lhe deu vida: Benedito Rodrigues dos Santos.

Em 7 de maio de 1929, muda-se para Santo Antônio da Platina, onde fundou o Clube Platinense de Futebol e logo em seguida a Sociedade 13 de Maio.

Em 1955, aparece como incentivador e fundador da Loja Maçônica Saldanha Marinho II, sendo neste mesmo ano eleito Presidente do Lyons Clube Platinense.

O surgimento do Aeroclube de Santo Antônio da Platina, deve-se também a sua iniciativa.

Por sua imensa capacidade de trabalho é e Provedor-Mor do Hospital Nossa Senhora da Saúde, entidade beneficente daquela cidade.

Com a colaboração de outros abnegados amigos, funda a Rádio Clube de Santo Antônio da Platina.

Talvez sua maior realização, tenha sido a fundação da Guarda Mirim "Duque de Caxias", a qual nesta última década vem devotando todo seu esforço.

No dia 14 de abril de 1948, a cidade de Santo Antônio da Platina, outorgou-lhe o título de Cidadão Honorário.

Por tais fatos, certos de contar com o apoio dos nobres Pares, para a aprovação de nossa iniciativa, estamos encaminhando em anexo o "curriculum vitae" do homenageado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao 1º Orador inscrito Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Ocupo a tribuna desta Casa para parabenizar os vencedores, para parabenizar também aqueles que foram derrotados; que ergam a cabeça, que reavaliem o quadro da situação nacional. E eu me encontro até feliz, Senhores Deputados, porque consegui vencer em quase 30 municípios do Paraná, onde estive levando a minha mensagem ao lado de ilustres companheiros. Mas senti que o momento é de reavaliar, de repensar, principalmente reavaliar a classe política do Brasil, não só a do Paraná, mas toda a classe política brasileira. E é necessário que tenhamos a partir de agora, não só na formação da nova Constituinte nesta Casa, mas sim no dia-a-dia dos nossos gabinetes, no dia-a-dia das nossas viagens às nossas bases, nos nossos encontros com os nossos eleitores, possamos nos reaproximar a cada dia que passa.

O principal objetivo - acredito eu -, porque muita gente me perguntou porque perdemos as eleições. Sou da seguinte opinião, e o que eu vou dizer aqui é responsabilidade minha: é porque os constituintes não tiveram a força e a coragem de casar o mandato do Senhor Presidente José Sarney na moral ou legal. Se tivesse essa força talvez nós teríamos eleições diretas no dia 15 de novembro para Presidente da República.

E digo mais ainda aos Senhores: a política econômica do Senhor Mailson da Nóbrega, do tradicional "feijão com arroz" já perturbou demais este País, e dizia Tancredo Neves que nós não podemos pagar as dívidas deste país com a miséria do po-

vo, com a miséria da nação brasileira.

Então, o momento é de repensar, nós temos que repensar, e a cada dia que passa você vai acordando, refletindo, você vai analisando e sente a necessidade de que o Brasil tem que parar, e oxalá pare o ano que vem com eleições para a Presidência da República, e que o futuro Presidente da República esteja ligado ao povo porque sem o povo nós não podemos fazer uma administração, nós não podemos caminhar ao encontro, realmente, do nosso destino, que seria uma prática mais forte, unida, e que fosse realmente ao encontro das suas grandes aspirações.

Vim aqui divagar hoje, neste Pequeno Expediente, mas preocupado, e aprendi nesta eleição do dia 15 de novembro: o político que se afasta das bases, o político que se afasta do povo é um derrotado. Ele não pode jamais se afastar do povo, ele tem que estar não só aqui neste plenário, mas nos seus gabinetes conversando com o povo, nas suas bases dialogando com o povo, trocando idéias, procurando solucionar os problemas daqueles que batem a nossa porta que vêm à procura de alguma coisa, e realmente aqueles que estiveram ao lado do povo venceram as eleições.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Não havendo mais oradores no Pequeno Expediente e nem no grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PDC se fará uso do seu tempo. Declina.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDS. Declina.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PL. Declina.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PFL. Declina.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PT. Declina.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PTB. Declina.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDT. Declina.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PMDB. Declina.

Encerrado o Horário das Lideranças, Passa-se a

ORDEM DO DIA

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Proposta de Emenda Constitucional de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, devidamente apoiada. Recebida. Publique-se no Diário

da Assembléia e em Avulsos, para conhecimento dos Srs. Deputados.

Proposta de Emenda Constitucional de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, devidamente apoiada. Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulsos, para conhecimento dos Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso, distribuído aos Srs. Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 81/88, de autoria do Deputado Homero Oguidó, que declara de Utilidade Pública a "União dos Deficientes Físicos de Cambé - UNIDEFI", com sede e foro na cidade de Cambé. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 82/88, de autoria do Deputado Paulino Delazeri, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Moradores do Loteamento Vila Gaúcha", com sede e foro no Município de Marechal Cândido Rondon. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 274/88, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 106/88) que autoriza o Poder Executivo constituir uma sociedade de economia mista, de capital autorizado, para a implantação, administração e exploração do Centro de Convenções de Curitiba, de conformidade com o convênio de cooperação técnico-econômico-financeira, celebrado com a EMBRATUR, em 08.08.88, através da PARANATUR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Pela ordem, eu requiro verificação de votação do item 3 da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência fará a verificação de votação do item 3.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - (Pela ordem). Eu requiro chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1° SECRETÁRIO - Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) 27 Senhores Deputados responderam a chamada, não há quorum para deliberação e sim prosseguimento da sessão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Sr. Presidente, requeiro nova chamada nominal, 2.^a chamada que o Sr. 1.^o Secretário não realizou.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência fará a verificação de votação, em virtude da presença dos Srs. Deputados em Plenário.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - (Anibal Khury) Procede à 2.^a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) - 31 Srs. Deputados responderam a chamada. Srs. Deputados que aprovam o Projeto de número 274/88, queiram levantar-se.

Srs. Deputados que rejeitam o projeto, queiram levantar-se.

30 (trinta) Srs. Deputados aprovam o projeto e 1 (um) rejeita. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.^o 289/88, de autoria do Deputado Pirajá Ferreira, que altera a redação do art. 20, da Lei n.^o 7.567, de 12.01.82. (Suprima-se a palavra semestralmente). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA; Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.^o 77/88 (Mensagem n.^o 105/88 ~~Ex-proposição~~ n.^o 101/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova convênio de cooperação técnico-econômico-financeira, celebrado em 08.08.88, entre o Estado do Paraná com a participação da PARANATUR e a EMBRATUR, objetivando estabelecer normas de cooperação-técnica-econômica e financeira, para a implantação do Centro de Convenções de Curitiba, definindo o modo pelo qual serão alocados os recursos para o referido projeto. Aprovado, artigo por artigo.

Sobre a mesa, requerimento de n.^o 581, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.^o 582, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.^o 183, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. Rejeitado.

Requerimento de n.^o 215, de autoria do

Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. Em votação.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Eu solicito a leitura do inteiro teor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Solicito ao Sr. 1.^o Secretário que leia o teor do presente requerimento.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) Está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Eu consultaria a Vossa Excelência se não seria possível mandar xerocar o documento e entregar ao Deputado Valderi Mendes Vilela, para que ele faça a leitura e não fosse lido à Mesa.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência já autorizou ao Sr. 1.^o Secretário que leia o requerimento.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - (Lê o requerimento).

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Está em votação o requerimento. REJEITADO.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência defere e fará a verificação de votação. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. Solicito a atenção dos Srs. Deputados. Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

9 Srs. Deputados aprovam e 20 rejeitam. Rejeitado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado

Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Solicito mais uma vez a verificação de votação, porque pela nossa contagem aqui os que aprovam, venceram.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência fará a recontagem. Por gentileza, solicito a atenção dos Sr. Deputados e que tomem seus assentos, para que se possa fazer a verificação de votação. Solicito a atenção dos Srs. Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. Solicito atenção dos Senhores Deputados para verificação.

Senhores Deputados que rejeitam, permaneçam de pé.

14 Senhores Deputados aprovam e 13 rejeitam. 27 Senhores Deputados. Não há quorum para aprovação e sim prosseguimento da sessão.

Requerimento do Deputado Edmar Luiz Costa, antes porém, esta presidência quer registrar a presença do Sr. Pedro Wosgrau Filho, Prefeito eleito em Ponta Grossa pelo PDC. Muito nos honra a sua presença neste plenário.

Requerimento de nº 584, de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. Encerrada a Discussão.

Requerimento de nº 583, de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. Encerrada a Discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 23, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 81/88, 82/88, 274/88, 289/88 e do Projeto de Resolução nº 77/88.

Levanta-se a sessão.

Ato da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 239/88
promover, os funcionários abaixo relacionados, todos efetivos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, conforme especifica:

PARA CONSULTOR LEGISLATIVO "A"
Edmir Enéxio da Silva - Merecimento
Ilson Estevão de Almeida - Antigüidade
Nelson Silvio Salles - Merecimento

Emílio Mauro Barbosa - Antigüidade
Sérgio Valério Antununcio - Merecimento
Luiz Fernando Tatara Ribas - Antigüidade

PARA CONSULTOR LEGISLATIVO "B"

Acir Villatore - Antigüidade
Gilberto Bittencourt Fontoura - Merecimento
Wilson Ramos - Antigüidade
Marco Antonio Marconcini - Merecimento
Gabriel Luiz Franceschi - Antigüidade
Moises Abdala Magalhães - Merecimento
Oswaldo Marques - Antigüidade
Sebastião de Lima Cardoso - Merecimento
Lindamir Edil Caran - Antigüidade
Juares de Quadros Gonçalves - Merecimento
Gerson Evangelista Passos - Antigüidade
Emerentino da Cruz Pacca - Merecimento
Dino José Bronze de Almeida - Antigüidade
Alvaro Sérgio Maravalhas - Merecimento
Luiz Lima - Antigüidade

PARA CONSULTOR LEGISLATIVO "C"

Lidia Muchinski - Antigüidade
José Carlos Pereira Paiva - Merecimento
Celso Mariano dos Santos - Antigüidade
Lelington Lobo Franco - Merecimento
Helena Regina Stephan - Antigüidade
Francisco Botelho Nêia - Merecimento
Doroti Wolkmer Linhares - Antigüidade
Maria do Rosário Marques - Merecimento
Olga Popovitch - Antigüidade
Marlene de Brito Perrone - Merecimento
Paula Greiffo Coutinho - Antigüidade

PARA TAQUÍGRAFO "A"

Airton Cesar Santin - Antigüidade
Isis Rita de Cássia Costa - Merecimento
Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 15/08/88

DECRETO LEGISLATIVO Nº 281/88

Considerando, a promulgação da nova Constituição da República Federativa do Brasil, a 5 de outubro de 1988;

Considerando, ainda, as inovações introduzidas na Ordem Jurídica Nacional pela nova Carta;

Considerando, por fim, a Hierarquia que rege o direito positivo no sistema Federativo,

DECRETA:

Artigo Único - Todos os Atos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a partir da data deste Decreto e até a promulgação da Constituição do Estado, deverão subordinar-se às normas da Constituição da República, de 05 de outubro de 1988.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 05/10/88

DECRETO LEGISLATIVO Nº 297/88

I - prover, REJANE M. CAMARGO ILIANO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C do Gabinete da Presidência, a partir de 1º de outubro de 1988;

II - prover, ROSANE MESTRINHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Presidência, a partir de 1º de outubro de 1988;

III - prover, REGINA CÉLIA RAVAGLIO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Assessora Jurídica, do Departamento de Pessoal, a partir de 1º de outubro de 1988, ficando dispensado, a pedido, Raimundo Carlos Capela Pioli.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 298/88

I - prover, LUIZ CARLOS MONTEIRO, funcionário inativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo em Comissão símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria da Gráfica, a partir de 1º de outubro de 1988;

II - prover, WILIANS ROLANDO ROMANZINI, funcionário inativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-3, de Diretor da Diretoria Financeira, a partir de 1º de outubro de 1988.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 13/10/88

DECRETO LEGISLATIVO Nº 304/88

I - exonerar, a pedido, JANET DA SILVA SANTOS, matrícula nº 338, funcionária efetiva do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta, da Coordenadoria de Patrimônio e Material, da Diretoria Administrativa.

II - prover, ZENAIDE SILVA FILPO, matrícula nº 410, funcionária efetiva do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta, da Coordenadoria de Patrimônio e Material, da Diretoria Administrativa.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01/11/88

(a) ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI

Presidente

ANIBAL KHURY

1º Secretário

LINDOLFO JÚNIOR

2º Secretário

Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 147/88

mandar contar, para todos os efeitos legais, de conformidade com o disposto no

Art. 91, da Lei nº 293, de 24 de novembro de 1949, com nova redação dada pela Lei nº 16, de 18 de dezembro de 1958, e embasado no Decreto nº 19.344/65, de 28 de agosto de 1965, e antes da Constituição Federal de 1967, em favor de EDISON CARLOS DE OLIVEIRA, matrícula nº 557, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "B", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, onze (11) meses e vinte e cinco (25) dias, período compreendido entre 05 de janeiro de 1961 a 30 de dezembro de 1962, conforme certidão em que prestou serviços no Registro de Imóveis na Comarca de Mallet, neste Estado.

(Protoc. nº 9976)

PORTARIA Nº 148/88

mandar retificar, nos seus assentamentos funcionais o nome de NOELI APARECIDA CHANOSKI, funcionária contratada deste Poder pelo regime CLT., para NOELI APARECIDA ESPERANCETA, de acordo com averbação de Separação Consensual, extraída dos Autos nº 150/87, da 2ª Vara de Família desta Capital.

(Protoc. nº 9571)

PORTARIA Nº 149/88

conceder a JOSÉ AUGUSTO T. RAMOS, funcionário CLT, deste Poder Legislativo, sessenta (60) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 20 de outubro do corrente ano.

(Protoc. nº 9373)

Gabinete da Diretoria Geral em 25/10/88

PORTARIA Nº 150/88

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de CARLOS AUGUSTO FERNANDES, matrícula nº 116, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, o tempo de dois (02) meses correspondentes ao dobro das férias de 1988.

Gabinete da Diretoria Geral, em 10/11/88

(a) CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI

Diretor Geral